



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 25ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**27/06/2013
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 27/06/2013.**

25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RQS 639/2013 - Não Terminativo -		8
2	MSF 30/2013 - Não Terminativo -	SEN. EDUARDO SUPPLY	9
3	MSF 34/2013 - Não Terminativo -	SEN. JARBAS VASCONCELOS	34

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(55)(56)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(59)(52)(51)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(14)(12)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Anibal Diniz(PT)(13)(16)(17)(52)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(25)(26)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(48)(35)(31)(32)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(36)(40)(48)(29)(20)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(46)(10)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(18)(53)(38)	MT (61) 3303-4061/1048
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB (61) 3303-5800 5805
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(57)(61)(62)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(57)(54)(42)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(57)(39)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(57)(9)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(43)(57)(34)(33)(44)	ES (61) 3303-4161/5867	3 VAGO(57)(28)(45)(27)	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 27 de junho de 2013
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

25ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 639, de 2013

Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período compreendido entre os dias 02 a 07 de julho de 2013, para participar do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional, a convite formulado pela Confederação Nacional da Indústria, a realizar-se em Leipzig, Alemanha; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no mesmo período.

Autoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pendente de Relatório.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Paulo Bauer (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Em 13/06/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Em 13/06/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1

2

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 30, de 2013 (nº 178, de 1º de fevereiro de 2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.*

RELATOR: Senador **PAULO BAUER**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor *CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado, em atendimento a preceito regimental, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o indicado nasceu em 13 de setembro de 1949, em Belo Horizonte (MG).

Concluiu, em 1970, o curso de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em 1977, o mestrado em Direito da energia nuclear na Comissão Nacional de Energia Nuclear. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1981) e,

ainda, o Curso de Altos Estudos (1993), tendo defendido a tese intitulada “O Brasil, o Trigo e o Mercosul”.

Em 1975, foi nomeado Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 1978, Primeiro-Secretário em 1982, Conselheiro em 1989, Ministro de Segunda Classe em 1994 e Ministro de Primeira Classe em 2007.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Chefe da Divisão de Integração Regional (1993); Cônsul-geral em Zurique (1998); Embaixador em Jacarta (2002); Embaixador em Manila (2005); Embaixador em Islamabad (2007); Embaixador, cumulativo, no Tajiquistão (2009); e Embaixador, cumulativo, no Afeganistão (2009).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Comunidade das Bahamas. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países, políticas interna e externa e economia.

A Comunidade das Bahamas é um pequeno país, com população de aproximadamente 350 mil pessoas, que faz parte da *Commonwealth*, sendo o poder legislativo bicameral. Atualmente, o primeiro-ministro é Perry Christie e o Governador-Geral Sir Arthur Foulkes.

A política externa é voltada ao CARICOM (Comunidade do Caribe) e aos Estados Unidos, que sustenta politicamente esse país na condição de paraíso fiscal (*off shore*) e, economicamente, é responsável por 80% de seu fluxo turístico. Porém, essa atração turística não fica despercebida de outros países, como a China, cujo banco *Eximbank* é responsável pela construção do gigantesco resort “Baha Mar”.

As relações bilaterais entre Brasil e Bahamas começaram em 1978, mas somente em 2005 estabelecemos nossa embaixada em Nassau.

Grande importância possui esse País para análise de nossos investimentos no exterior, já que ocupa o quinto lugar em estoque de investimento direto no exterior (US\$ 12 bilhões e 921 milhões) e em carteira no exterior em ações (US\$ 1 bilhões e 209 milhões) no quadro de investimentos brasileiros. Essa realidade levou o Brasil a entabular

tratativas de acordo de cooperação em matéria penal, a fim de coibir eventuais práticas de lavagem de dinheiro e operações fraudulentas.

Ainda do ponto de vista econômico e na esteira da discussão sobre modernização dos portos brasileiros, destaca-se que o porto da cidade de *Freeport* é a quarta maior instalação de transbordo do mundo, sendo caracterizado por sua moderna estrutura, a qual tem sido utilizada entre nós sobretudo pela Petrobras.

Igualmente, agora do ponto de vista político, o tema da migração haitiana é de interesse bilateral, seja por termos também recebido migrantes de mesma origem, seja por nosso papel na missão das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Registra-se, nesse particular, estimativas apontando que 20% da população de Bahamas já é composta por haitianos.

Por fim, ainda na seara da política internacional, alertar-se para a demanda de Bahamas de ingressar na Organização Mundial do Comércio, pleito que já apoiávamos e pode ser reforçado levando-se em conta o fato de o novo presidente desse organismo ser um brasileiro (Roberto Carvalho de Azevedo).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 30, DE 2013 (nº 178/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

Os méritos do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de maio de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'D' e uma assinatura que parece ser 'D. Russell'.

EM Nº 139 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 23 de abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

EM nº 00139/2013 MRE

Brasília, 23 de Abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA**

CPF.: 400.325.407-44

ID.: 5724 MRE

1949 Filho de Carlos Alberto da Fonseca Costa Couto e Célia Sette Câmara da Fonseca Costa Couto, nasce em 13 de setembro, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1970 Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1977 Mestre em Direito da Energia Nuclear, Comissão Nacional de Energia Nuclear
1981 CAD – IRBr
1993 CAE - IRBR, O Brasil, o Trigo e o Mercosul

Cargos:

1975 Terceiro-Secretário
1978 Segundo-Secretário
1982 Primeiro-Secretário, por merecimento
1989 Conselheiro, por merecimento
1994 Ministro de Segunda Classe
2007 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1974	CPCD - IRBr
1975	Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
1978	Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo-Secretário
1980	Divisão de Operações Comerciais, Chefe, substituto
1980	Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro-Secretário
1984	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assessor e Chefe, substituto
1985	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, Chefe de Gabinete
1989	Divisão de Protocolo, Chefe, substituto e Chefe
1990	Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
1992	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e Comerciais, Chefe de Gabinete
1993	Divisão de Integração Regional, Chefe
1994	Presidência da República, Subchefe do Cerimonial
1995	Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
1998	Consulado-Geral em Zurique, Cônsul-Geral
2002	Embaixada em Jacarta, Embaixador
2005	Embaixada em Manila, Embaixador
2007	Embaixada em Islamabad, Embaixador
2009	Embaixador, cumulativo, no Tajiquistão
2009	Embaixador, cumulativo, no Afeganistão
2009	Secretaria de Estado das Relações Exteriores

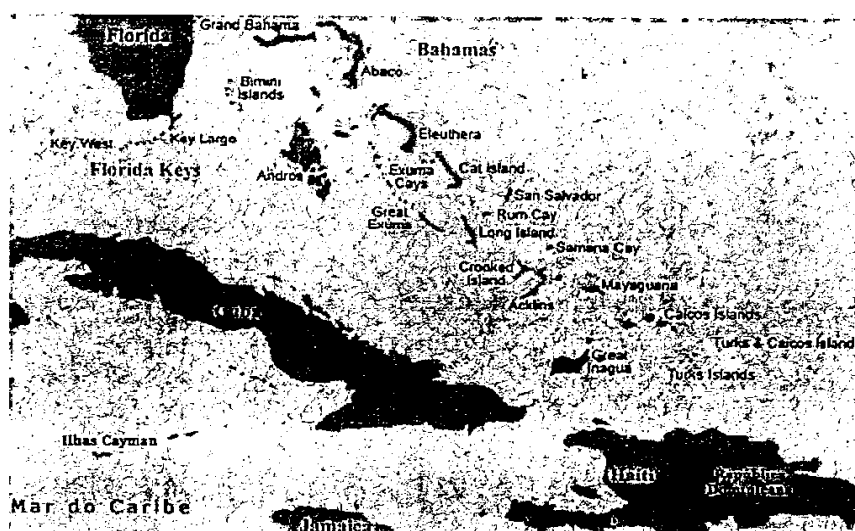
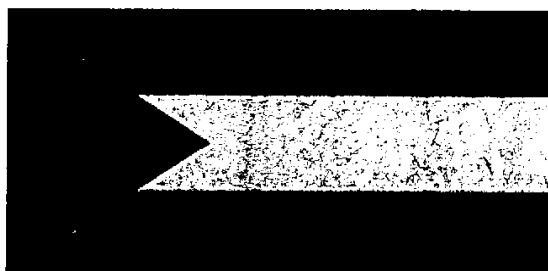
Condecorações:

1980	Ordem do Mérito Civil, Espanha, Cavaleiro
1988	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1988	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
1988	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
1993	Ordem do Mérito, Equador, Comendador
1997	Ordem do Mérito Civil, Portugal, Grande Oficial
1997	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
1998	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores

COMUNIDADE DAS BAHAMAS



Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2013

Dados Básicos

NOME OFICIAL	Comunidade das Bahamas
CAPITAL	Nassau
ÁREA	13.900 km² (2 vezes a área do DF)
POPULAÇÃO (est. 2012)	316.182 (metade da pop. do Amapá)
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantismo (67,6); catolicismo, (13,5%), cristianismo (15,2%); outras religiões (3,7%)
SISTEMA POLÍTICO	Democracia Parlamentar (miembro da <i>Commonwealth</i>)
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral (Senado e Assembleia Legislativa)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada por Sir Arthur A. Foulkes
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Perry Christie (desde maio de 2012)
MRE	Frederick A. Mitchel (desde maio de 2012)
PIB REAL (est. 2011)	US\$ 8,1 bilhões (0,3% do brasileiro)
PIB PPP (est. 2011)	US\$ 10,8 bilhões
PIB <i>per capita</i> (est. 2011)	US\$ 23.153 (185% do brasileiro)
PIB PPP <i>per capita</i> (est. 2011)	US\$ 30.900
VARIAÇÃO DO PIB	1,8% em 2011
IDH (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO) 2012:	0,794 (54ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	71,4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	95,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	14,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Bahamas
COMUNIDADE BRASILEIRA	Aprox. 90 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB)

Fonte: MDIC

Brasil → Bahamas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (out.)
Intercâmbio	391,9	490,2	1.494	1.458	302,8	60,0	78,5	132,1	125,0	174,2
Exportações	391,5	487,8	1.488	1.456	300,1	36,5	75,9	79,3	79,9	174,1
Importações	0,4	2,4	5,7	2,1	2,7	23,5	2,6	52,8	45,1	0,03
Saldo	391,1	485,5	1.482	1.454	297,4	13,0	73,3	26,5	34,8	174,1

Perfis Biográficos

SIR ARTHUR FOULKES
GOVERNADOR-GERAL

- Nasceu em Matheuw Rowi, Inagua, em 11 de maio de 1928.
- Foi editor fundador do “Bahamian Times”, órgão oficial do PLP de 1962 a 1967.
- Jornalista de profissão, em 1967 foi eleito para o Parlamento e, no ano seguinte, foi nomeado para servir no gabinete como Ministro das Comunicações e, em seguida, como Ministro do Turismo.
- Foi um dos fundadores do partido FNM (*Free National Movement* - Movimento Nacional Livre), em 1971.
- Foi nomeado Senador em 1972 e 1977, e reeleito para a Assembleia Legislativa em 1982.
- Quando o partido FNM assumiu o poder, entrou para o serviço diplomático das Bahamas como Alto Comissário para o Reino Unido (residente em Londres) e Embaixador para França, Alemanha, Itália, Bélgica e União Europeia.
- Em 2001, foi nomeado “*Knight Commander*” da Ordem de St. Michel e St. George, pela Rainha Elizabeth II.
- É Governador-Geral das Bahamas desde 14 de abril de 2010.

PERRY CHRISTIE
PRIMEIRO-MINISTRO

- Nascido em Nassau, em 21 de agosto de 1943;
- Realizou seus primeiros estudos em colégios públicos em Nassau, e depois estudou Direito na Universidade de Londres;
- Tornou-se membro do Parlamento pela primeira vez em 1974;
- Foi Ministro da Saúde, Ministro do Turismo e Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria;
- Exerceu o cargo de Primeiro-Ministro de 2002 a 2007, quando foi derrotado pelo ex-Primeiro-Ministro Humbert Ingraham;
- Reassumiu a função em 9 de maio de 2012.

FREDERICK AUDLEY MITCHELL
Ministro das Relações Exteriores e Imigração

- Nascido em 5 de outubro de 1953;
- Formado em Comunicação pela *Antioch University*, com mestrado em Harvard; também se graduou em Direito pela Universidade de Buckingham;
- Foi editor do “*The Herald*”, jornal do Partido Liberal Progressista (PLP);
- É membro do Parlamento, e tornou-se Ministro das Relações Exteriores durante o Governo anterior, de Perry Christie (2002-2007);
- Reassumiu a função em maio de 2012.

Relações Bilaterais

Brasil e Bahamas estabeleceram relações diplomáticas em 1978.

Em 2005, o Brasil abriu Embaixada residente em Nassau, capital das Bahamas. Até então, a representação diplomática brasileira era cumulativa (sem Embaixador residente), com sede na Embaixada do Brasil em Kingston, na Jamaica.

Tradicionalmente, as relações entre Brasil e Bahamas se caracterizam por diálogo cordial, nos planos bilateral e multilateral, e por aproximação em matéria de comércio e investimentos. A abertura de Embaixada residente do Brasil em Nassau e a intensificação das relações do Brasil com a CARICOM (Comunidade do Caribe) trouxeram novas perspectivas para o relacionamento bilateral em áreas como diálogo político e cooperação técnica, educacional e cultural.

O relacionamento bilateral é mais denso na área econômica. De acordo com levantamento do Banco Central, as Bahamas seriam o quinto principal destino do estoque de investimento direto brasileiro no exterior, no ano de 2011, com participação de US\$ 12,9 bilhões. As Bahamas também ocupam a quinta posição no quadro de investimentos brasileiros em carteira no exterior em ações, totalizando US\$ 1,2 bilhão.

Outro tema de interesse das Bahamas no diálogo com o Brasil consiste na situação do Haiti, tema no qual se observam possibilidades de cooperação trilateral. Sob a perspectiva bahamense, a importância da questão relaciona-se aos fluxos significativos de imigração de haitianos – que, de acordo com determinadas estimativas, já poderiam ter participação de 20% na população total do país, com impactos nos âmbitos econômico, social e de segurança.

No plano do diálogo diplomático, o Governo brasileiro tem enviado Emissários Especiais a Nassau para a discussão de temas específicos: i) participação brasileira nos esforços de estabilização do Haiti (missão em 2004); ii) candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (em 2005); iii) realização da I Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (em 2008); iv) candidatura do Dr. José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (em 2011).

Em matéria de visitas oficiais bahamenses ao Brasil, cabe salientar a participação do Primeiro-Ministro das Bahamas, Hubert Ingraham, na I Reunião da Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Costa do Sauípe, 2008). Em abril de 2010, o então Vice-Primeiro-Ministro das Bahamas, Brent Symonette, participou da I Cúpula

Brasil-CARICOM. Em junho de 2012, o Chanceler Frederick Mitchell chefiou a delegação do país à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”).

Em setembro passado, o Ministro dos Serviços Financeiros das Bahamas, Ryan Pinder, acompanhado por delegação de empresários bahamenses, realizou visita ao Brasil. Em encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, enfatizou que as Bahamas buscam diversificar sua economia, para além da atividade tradicional do turismo. Ressaltou a prioridade atribuída por Nassau, neste estágio, à agenda comercial.

O Ministro bahamense mencionou a especial importância de Freeport, cidade que, ademais de constituir zona franca, abriga instalações portuárias modernas e sofisticadas (quarta maior instalação de transbordo do mundo). Salientou a relevância atribuída às relações com a Petrobras, empresa que se tem valido, com êxito, da infraestrutura portuária de Freeport. Asseverou que as Bahamas poderão, por fatores como posição geográfica e infraestrutura, consolidar-se como “hub” comercial na região.

Além das vantagens oferecidas pela cidade de Freeport, o Ministro Ryan Pinder acrescentou que o Acordo de Parceria Econômica CARICOM-União Europeia, do qual as Bahamas são signatárias, assim como as preferências comerciais de que gozam com os Estados Unidos, constituiriam estímulo para a instalação de indústrias brasileiras em território bahamense, cujos produtos teriam acesso àqueles mercados, beneficiando-se de tais preferências tarifárias.

Após visitas a diferentes corporações e organizações empresariais, o Ministro dos Serviços Financeiros ressaltou, nesse contexto, o entusiasmo da comitiva bahamense com a possibilidade do desenvolvimento de projeto na área de bioenergia com parceiros brasileiros. Manifestou ainda a intenção do governo bahamense de promover missão empresarial ao Brasil, possivelmente no primeiro trimestre de 2013.

No campo da cooperação bilateral, o Brasil poderia beneficiar-se da experiência das Bahamas em áreas como turismo e desenvolvimento portuário. As Bahamas, por sua vez, demonstraram interesse em receber cooperação em capacitação agrícola e em energias renováveis. Nesse sentido, deve-se ressaltar a vulnerabilidade energética do país caribenho e a capacidade, até pela disponibilidade de terras, de cultivo de cana de açúcar para etanol.

No que se refere aos acordos bilaterais, por ocasião da Cúpula Brasil-CARICOM, Brasil e Bahamas firmaram Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. Estão em negociação Acordos de Cooperação Técnica, Educacional e Cultural. Além desses, o Governo das Bahamas concordou em assinar Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com o Brasil. Tal acordo permitirá

ao fisco brasileiro intensificar o combate à lavagem de dinheiro e a operações fraudulentas, por meio da utilização do sistema financeiro bahamense. Estão em exame, no Governo brasileiro, medidas que viabilizarão a assinatura do referido instrumento.

Assuntos Consulares

A comunidade estimada de brasileiros nas Bahamas é de 90 pessoas, e o Brasil não conta com Consulados Honorários no país. Diversas vezes ao ano, grupos de brasileiros são apreendidos tentando emigrar ilegalmente para os Estados Unidos, após haverem chegado legalmente às Bahamas. Ocasionalmente ocorre também o ingresso ilegal em alguma ilha bahamense, mas sempre com o objetivo de utilizar o país apenas como escala. Tem-se constatado que, com a reincidência de tais ocorrências nos últimos meses, autoridades bahamenses passaram a adotar postura mais rigorosa, e cumprir à risca a legislação local.

Empréstimos e financiamentos oficiais

O Governo brasileiro não apresenta em seu portfólio, no momento, empréstimos ou financiamentos oficiais a tomador soberano das Bahamas.

Política Interna

Organização do Estado

A Comunidade das Bahamas organiza-se de acordo com o modelo de democracia parlamentar. O Poder Executivo compreende a Chefe de Estado (Rainha Elizabeth II), que nomeia o Governador-Geral. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, que nomeia o Vice-Primeiro-Ministro, e o Gabinete é nomeado pelo Governador-Geral, por indicação do Primeiro-Ministro. Como nos demais regimes parlamentares, a escolha do Primeiro-Ministro recai sobre o líder do partido ou da coalizão vencedora das eleições legislativas.

O Poder Legislativo é composto pelo Senado, integrado por 16 membros nomeados pelo Governador-Geral, por indicação do Primeiro-Ministro e da oposição para um mandato de 5 anos, e pela Assembleia Legislativa de 40 membros eleitos por voto popular direto, igualmente por 5 anos.

O Poder Judiciário compreende: a) Corte Suprema, composta por 12 membros; sendo o seu Presidente nomeado pelo Governador-Geral por indicação conjunta do Primeiro-Ministro e do líder da oposição; b) Corte de Apelação, com cinco membros; c) Cortes de Magistrados; e d) Juizes, que podem julgar causas cíveis cujo valor não exceda US\$ 5 mil e, em matéria penal, cuja sentença não ultrapasse cinco anos de prisão.

Quadro Político

Nas últimas eleições gerais, realizadas em 7 de maio, o Partido Liberal Progressista (PLP), que até então estava na oposição, obteve 27 das 38 cadeiras do Parlamento. Seu líder, Perry Christie, retornou então à função de Primeiro-Ministro (cargo que ocupara de 2002 a 2007, quando foi derrotado por Hubert Ingraham). Durante a campanha eleitoral, o atual Primeiro-Ministro anunciava que, em poucos meses de mandato, seu Governo já teria avanços concretos a apresentar em temas sensíveis, a exemplo da criminalidade crescente, o aumento do custo de vida e os significativos índices de desemprego.

Após perder as eleições e tornar-se oposição, o “*Free National Movement*” (FNM) passou a criticar veementemente o atual Governo. Segundo o partido, a atual administração teria cumprido apenas algumas das 14 promessas feitas durante a campanha eleitoral. Para a oposição, a maior falha do Governo seria não ter tomado nenhuma medida com vistas à prometida duplicação do investimento em educação e treinamento, essencial para combater o desemprego crescente.

Entre as promessas já concretizadas pelo PLP, destacam-se o plano de reforma urbana em Nassau; criação do Ministério da Grande Bahama; redução de 12% para 10% do imposto sobre transferência de imóveis; estabelecimento de um teto para a tributação sobre a propriedade. Além dessas, foi também marcada data de referendo sobre o jogo nas Bahamas (inicialmente dia 3 de dezembro, adiada para 28 de janeiro), um dos mais destacados itens da plataforma da campanha do Partido.

O referendo possivelmente tratará apenas das questões referentes à atividade das “web shops” (denominação coloquial das agências lotéricas ou casas de apostas clandestinas) e da criação de uma loteria de alcance nacional, não abrangendo tópicos mais controversos, como o acesso da população local a cassinos. Caso o resultado do referendo seja “sim”, o Governo poderia arrecadar anualmente entre US\$ 15 e 20 milhões, importante fonte de recursos para um país cujo endividamento alcança a cifra de US\$ 4,8 bilhões.

A questão energética também é tema que está na ordem do dia no país. Recentemente, 23 empresas locais entregaram ao Primeiro-Ministro Perry Christie pedido para que o Governo reduza o custo da eletricidade, por meio de investimentos em energia solar, eólica e derivada de lixo sólido. Na ocasião, Christie admitiu que o custo da energia estaria impondo um fardo extremamente pesado aos bahamenses.

Nesse sentido, o Primeiro-Ministro recordou que já teria encomendado estudos com vistas à produção de eletricidade a custo mais acessível à população. Por um lado, há a preocupação com a repercussão política negativa provocada pela insatisfação da população, que cada vez

menos pode arcar com os referidos custos. Por outro lado, há o aspecto da inibição dos investimentos (principalmente externos), já que a energia corresponde a aproximadamente 40% dos custos do processo operativo das empresas locais.

Política Externa

Em linhas gerais, a política externa bahamense confere prioridade ao relacionamento com os Estados Unidos e à integração regional, sobretudo no que tange aos demais países membros da CARICOM. Sua política exterior também se pauta pela defesa de princípios democráticos e de seus interesses em matéria de desenvolvimento econômico, em especial no que se refere aos seus serviços de turismo e financeiros.

Nesse contexto, o país é especialmente atento a iniciativas que buscam coibir o funcionamento dos chamados “paraísos fiscais” – questão que cresce em importância, à luz da conjuntura de queda de receitas turísticas e de remessas de emigrantes ocasionadas pela crise econômica internacional. Outra prioridade reside na busca de apoio externo para neutralizar ameaças à sua segurança, que são a utilização do país como alvo e ponto de passagem de migrantes ilegais, de tráfico de drogas e de reciclagem de fundos de origem ilegal.

Os Estados Unidos são o principal parceiro político e econômico das Bahamas, bem como origem de 80% de seu fluxo de turismo. Os EUA colaboram diretamente com as Bahamas para reprimir a imigração ilegal de haitianos e jamaicanos, assim como o trânsito de drogas provenientes da América do Sul. As Bahamas usualmente contam com o auxílio dos Estados Unidos para preservar a sua posição de “paraíso fiscal” (ou “jurisdição off-shore”), bem como em matéria de ajuda emergencial na ocorrência de catástrofes naturais (especialmente furacões).

As Bahamas também tem intensificado seu relacionamento com a República Popular da China, uma das principais fontes de financiamentos no setor de turismo. O *resort* “Baha Mar”, orçado em US\$ 3,4 bilhões, por exemplo, conta com financiamento do “Eximbank” da China, ficando a construção a cargo de empresa estatal chinesa. Além disso, o país recentemente diminuiu as exigências de visto para turistas chineses.

No plano multilateral, as Bahamas, assim como os demais países da região, condenam o uso da renda *per capita* como critério para a definição do grau de acesso à ajuda e financiamento internacionais. No geral, os países caribenhos, apesar de apresentarem renda *per capita* comparativamente elevada, tipicamente apresentam elevado endividamento em relação ao PIB, em consequência do porte reduzido de suas economias, da grande vulnerabilidade a desastres naturais, a crises econômicas e aos preços internacionais dos alimentos (as Bahamas importam elevado

percentual de seu consumo de alimentos) e dos combustíveis fósseis. Nessas condições, o país defende que a renda *per capita* não deveria constituir critério preponderante na determinação da capacidade de pagamento dos Estados.

Economia, Comércio e Investimentos

Com PIB per capita de US\$ 23.153, a Comunidade das Bahamas é um dos países mais ricos do Caribe, embora apresente economia fortemente dependente do turismo e de serviços bancários “*offshore*”. O turismo, em conjunto com a construção e a produção relacionada ao setor, responde por aproximadamente 60% do PIB e emprega, direta ou indiretamente, metade da força de trabalho do arquipélago.

Os serviços financeiros constituem o segundo setor mais importante da economia das Bahamas e, quando combinados com os serviços prestados às empresas, representam cerca de 36% do PIB. No entanto, o setor financeiro atualmente apresenta dimensão inferior àquela observada no passado, devido à adoção de regulamentação financeira mais rigorosa, em 2000, que resultou na decisão de saída do país por parte de diferentes empresas internacionais.

As projeções são de moderada recuperação econômica em 2012-13, embora o crescimento possa ser afetado pelo desempenho da economia global e, mais especificamente, por uma lenta retomada da economia americana. Nesse sentido, espera-se um crescimento de 2,5% para 2012, após os 1,8% apresentados em 2011, cifra que pode ser explicada pelo fraco movimento de turistas provenientes dos EUA no período (em baixa desde 2008).

A taxa de desemprego nas Bahamas continua a registrar índices elevados (cerca de 15%). Embora os números conhecidos sejam relativamente pequenos, assumem relevância especial se considerados o volume da economia e os indicativos demográficos. Um exame qualificado das estatísticas sugere maior gravidade, já que o índice de desemprego de jovens entre 15 e 24 anos chega a quase 30%.

O crescimento econômico seria a única maneira de reverter o quadro atual. Entretanto, a economia bahamense é altamente dependente do exterior, principalmente dos Estados Unidos. As alternativas para o crescimento são escassas, porém o Governo demonstra otimismo com a abertura do *resort* Baha Mar, prevista para 2013, que deve criar até 5.000 novos postos de trabalho.

A dívida pública corresponde a 54% do PIB, valor inferior à média do Caribe. O déficit fiscal bahamense projetado para 2013 é de 6,7% do PIB. A dívida externa do país soma US\$ 4,8 bilhões, patamar elevado para

as dimensões da economia local. Alguns analistas indicam a necessidade da implementação de reforma tributária, como meio de controlar o déficit e gerar receita para investimentos produtivos capazes de induzir a economia ao crescimento.

Comércio

No plano comercial, o país registra médio grau de abertura econômica. Seus fluxos comerciais equivalem a aproximadamente 46% do PIB. Em 2011, o intercâmbio comercial do país totalizou US\$ 4,1 bilhões, o que representou crescimento de 20% em relação a 2010. A balança comercial registra saldos estruturalmente deficitários, uma vez que as importações superam, por larga margem, as exportações.

Em 2011, as exportações do país totalizaram US\$ 726 milhões, com incremento de 17% em relação aos valores de 2010. As exportações das Bahamas são direcionadas em grande parte aos Estados Unidos, que absorveram 78% do total em 2011. O Brasil foi o 18º destino das exportações das Bahamas em 2011, com participação de 0,01% do total. A pauta das exportações das Bahamas caracteriza-se pela predominância de combustíveis (30%), plásticos (19%) e pescados (10%).

Em 2011, as importações das Bahamas somaram US\$ 3,4 bilhões, o que representou crescimento de 21% em relação a 2010. Os EUA são o principal fornecedor de bens às Bahamas, e responderam por 89% do total importado pelo país em 2011. O Brasil foi o 16º fornecedor, com 0,1% da demanda importadora do país. Em 2011, os três principais itens importados foram combustíveis (27% de participação), máquinas mecânicas (8%) e máquinas elétricas (5%). O comportamento das cotações internacionais do petróleo é determinante para a aferição do desempenho recente do saldo comercial de bens das Bahamas.

A principal razão para o quadro tradicionalmente deficitário da balança comercial das Bahamas é a importação expressiva de petróleo e derivados. Em 2011, por exemplo, o déficit comercial das Bahamas somou US\$ 2,7 bilhões, o que representou um crescimento de 18% em relação aos valores do ano de 2010. A magnitude do déficit comercial fica mais evidente se forem levadas em conta as dimensões da economia local, que registrou PIB de US\$ 7,8 bilhões ao final do ano de 2011.

Acesso das Bahamas à OMC

As Bahamas se encontram em processo de acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC). O pedido inicial foi submetido em 2001, mas o país somente em 2009 apresentou seu Memorando sobre Regime de Comércio Exterior. O país necessita adequar sua legislação e suas práticas de comércio exterior às regras da OMC. Em 2009, foi constituído Grupo de

Trabalho encarregado de negociar o processo de acessão. Já foram realizadas duas reuniões, e uma terceira está prevista para março de 2013. O Brasil tem apoiado os esforços bahamenses no âmbito desse processo.

Anexos

Cronologia Histórica

1492 - Descobrimento da América: Cristóvão Colombo tem seu primeiro contato com o Novo Mundo ao chegar à ilha de San Salvador, hoje uma das ilhas das Bahamas.

Século XVII - Os ingleses se instalam nas Bahamas.

1670 - As ilhas são concedidas aos lordes proprietários da Província de Carolina (atuais Carolina do Norte e Carolina do Sul – EUA), que mantiveram posse sobre elas até 1787.

1776 - Os norte-americanos controlam Nassau, mesmo com os inúmeros ataques espanhóis.

1781 - Os espanhóis capturaram Nassau e tomam posse de toda a colônia.

1783 - Pelos termos do Tratado de Paris, as ilhas voltam à Coroa Britânica.

1834 - Com a emancipação dos escravos, as *plantations* gradualmente se extinguem.

1939-45 - Durante a Segunda Guerra Mundial, diversas áreas foram alugadas no país pelos EUA para servir de bases.

1950 - A partir dessa data, os bahamenses negros, representados pelo PLP (*Progressive Liberal Party*) começam a se opor ao partido do Governo, o Partido Bahamense Unido (PBU), controlado pelos brancos.

1955 - Estabelece-se, na cidade de Freeport, uma área de livre comércio, que foi instrumental para o estímulo ao turismo e para atrair atividades bancárias offshore.

1964 - O arquipélago passa a contar com governo autônomo para seus assuntos internos.

1968 - O país conquista maior autonomia após retumbante vitória eleitoral, no ano anterior, do PLP, liderado pelo Primeiro-Ministro Lynden O. Pindling, sobre o PBU.

1969 - Governo de Pindling negocia uma nova Constituição com o Reino Unido, segundo a qual a colônia passou a ser chamada de Comunidade das Bahamas.

1973 - Em 10 de julho, as Bahamas se tornam uma nação independente.

1992 - Após 25 anos como Primeiro-Ministro e enfrentando acusações de corrupção e de ligação com narcotraficantes, Pindling é derrotado por Hubert Ingraham, do FNM (*Free National Movement*).

1997 - Ingraham vence e permanece na função.

2002 - Vitória do novo líder do PLP, Perry Christie, que assume o cargo de Primeiro-Ministro.

2007 - Ingraham obtém nova vitória, voltando ao poder.

2012 - Perry Christie vence as eleições gerais, reassumindo o cargo de Primeiro-Ministro.

Cronologia Recente das Relações Bilaterais

04/09/1978: Brasil e Bahamas estabelecem relações bilaterais. A Embaixada do Brasil na Jamaica passa a responder, cumulativamente, pelas relações com as Bahamas.

04/2004: A Subsecretária-Geral Política do Itamaraty, Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida, visita as Bahamas, com o objetivo de manter contato com as autoridades locais acerca da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

06/12/2005: Publicado Decreto que cria Embaixada brasileira residente em Nassau, capital das Bahamas.

12-13/12/2008: Participação do Primeiro-Ministro Hubert Ingraham na Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe, BA.

26/04/2010: O Chanceler e Vice-Primeiro Ministro Brent Symonette representa seu país na I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília.

20-22/06/2012: O Chanceler Frederick Mitchel chefia a delegação das Bahamas na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

16-21/09/2012: O Ministro dos Serviços Financeiros das Bahamas, Ryan Pinder, acompanhado por delegação de empresários bahamenses, realiza visita ao Brasil.

Ato Bilateral

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo das Bahamas sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	16/03/2011	30/12/2010

Dados econômico-comerciais

BAHAMAS: COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ milhões

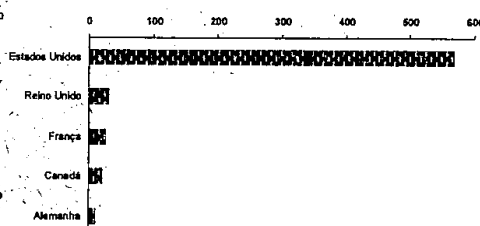
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	669	701	584	620	726
Importações (cif)	3.102	3.229	2.698	2.861	3.410
Saldo comercial	-2.433	-2.528	-2.114	-2.241	-2.684
Intercâmbio comercial	3.771	3.930	3.282	3.481	4.136

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2012

BAHAMAS: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Estados Unidos	471	76,0%	569	78,4%
Reino Unido	30	4,8%	31	4,3%
França	21	3,4%	26	3,6%
Canadá	20	3,2%	21	2,9%
Alemanha	0	0,0%	11	1,5%
<i>Brasil</i>	<i>0,16</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,18</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	542,16	87,4%	658,18	90,7%
Outros países	77,84	12,6%	67,82	9,3%
Total	620,00	100,0%	726,00	100,0%

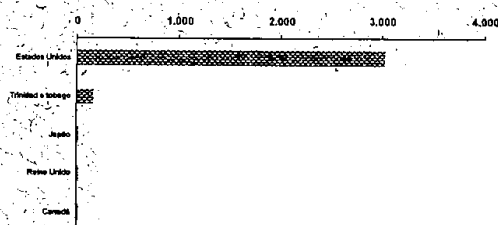


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2012

BAHAMAS: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Estados Unidos	2.600	90,9%	3.032	88,9%
Trinidad e Tobago	66	2,3%	159	4,7%
Japão	13	0,5%	19	0,6%
Reino Unido	12	0,4%	18	0,5%
Canadá	15	0,5%	16	0,5%
<i>Brasil</i>	<i>4,0</i>	<i>0,1%</i>	<i>3,0</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	2.710,0	94,7%	3.247,0	95,2%
Outros países	151,0	5,3%	163,0	4,8%
Total	2.861,0	100,0%	3.410,0	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2012

BRASIL-BAHAMAS: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-out)	2012 (jan-out)
Exportações brasileiras	300	36	76	79	80	44	174
Variação em relação ao ano anterior	-79,4%	-87,8%	108,0%	4,5%	0,8%	-41,3%	295,5%
Importações brasileiras	3	24	3	53	45	35,97	0,03
Variação em relação ao ano anterior	31,9%	768,7%	-88,8%	1898,4%	-14,5%	-31,7%	-99,9%
Intercâmbio Comercial	303	60	79	132	125	80	174
Variação em relação ao ano anterior	-79,2%	-80,2%	30,9%	68,1%	-5,3%	-35,7%	117,6%
Saldo Comercial	297	13	73	27	35	8	174

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb

BRASIL-BAHAMAS: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO

US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	34	42,4%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	46	56,9%	45	100,0%
Transações especiais	1	0,6%	0	0,0%
Total	80	100,0%	45	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

Aviso nº 357 - C. Civil.

Em 8 de maio de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 14/05/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF

OS: 12188/2013

3

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 34, de 2013 (Mensagem nº 190, de 16 de maio de 2013, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

RELATOR: Senador **JARBAS VASCONCELOS**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República deseja fazer do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). À luz do que damos início à análise do *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério de Relações Exteriores.

Nascido em São Paulo em 11 de maio de 1954, filho de Reynaldo de Paula Junior e Eufélia Camargo Pupo de Paula, o Sr. LINEU PUPO DE PAULA entrou para a faculdade de Direito São Paulo da Pontifícia Universidade Católica, em 1979. Em 1981 ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco e em 1988, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento à Carreira Diplomática. Defendeu a tese “A Gestão do Patrimônio Móvel e Imóvel do Ministério das Relações Exteriores” no Curso de Altos Estudos do mesmo Instituto.

Dentre as funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência e subchefia da Divisão da África-I (1983); a assistência da Divisão da África- II (1985); a chefia substituta do Centro de Processamento de Dados (1993); a assessoria do Departamento de Administração (2000); a coordenação da Coordenação de Patrimônio (2000); e a subchefia do Gabinete do Ministro de Estado (2005).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros nas embaixadas do Brasil em Bonn (1986); Quito (1989); Buenos Aires (1997); São Salvador (2003) e Tegucigalpa (2010); na Missão Junto à Organização dos Estados Americanos (2007); e no Consulado-Geral em Caracas (2010).

O país para o qual o Ministro é indicado para assumir a função de Embaixador, a Guiana, é limítrofe ao Brasil. Os idiomas são o inglês, língua oficial, o crioulo, o híndi e o urdu. As religiões mais frequentes são o hinduísmo, os pentecostais e outros cristãos de acordo com censo de 2002.

A República Cooperativista da Guiana é uma república semipresidencialista de parlamento unicameral. O PIB corresponde a menos da metade do PIB do Estado brasileiro de Roraima. Sua população equivale a metade da população do Estado de Sergipe, o índice de desemprego é de 9,1%, o de alfabetização é de 91,8% e a expectativa de vida é 67 anos. A comunidade brasileira é da ordem de 9 mil pessoas, contingente que tem crescido, atraído principalmente por atividades ligadas à mineração do ouro.

A economia guianense é tradicionalmente baseada na exportação de produtos primários, o que a torna particularmente vulnerável à evolução dos preços internacionais das *commodities*. Some-se a isso, a escassez de mão de obra qualificada, o pequeno mercado interno, a precariedade da infraestrutura e a insuficiente e cara oferta pública de energia elétrica, que são gargalos limitantes à economia do país. Apesar disso, em 2012, a economia apresentou resultados que podem ser considerados satisfatórios: o PIB cresceu 4,8% e a inflação manteve-se em 3,5%.

Com relação à geração de energia, esta provém quase totalmente de unidades termelétricas movidas a diesel, as quais consomem combustível importado, impactando negativamente as contas externas do país e o índice de preços. Apesar de o país ter aderido ao mecanismo PETROCARIBE, por meio do qual a Guiana paga parcialmente pelo petróleo recebido da Venezuela, enviando em troca, parte da sua produção de arroz, a alta dos

preços do petróleo é o principal fator negativo da conjuntura internacional para o país.

De acordo com o relatório encaminhado pela Chancelaria, a participação da Guiana no comércio exterior brasileiro é de 0,01%. No entanto, entre os anos de 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 60%. O comércio bilateral é composto majoritariamente pelas exportações brasileiras, que chegaram a US\$ 33,6 milhões em 2012. As exportações brasileiras são compostas, em sua maioria, por produtos manufaturados (99,5% do total), com destaque para máquinas mecânicas e automóveis. Na pauta de importações os produtos manufaturados representam mais de 50%, com destaque para o álcool etílico, já os produtos básicos representam 34,1%.

No ano de 2001 foi assinado o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre Brasil e Guiana. Atendendo a pedido guianense, em 2010, a lista de preferências econômicas outorgadas pelo Brasil foi ampliada em 60 itens. Sua internalização, pela parte brasileira, ainda depende do envio do acordo para escrutínio legislativo por parte da Casa Civil. Além do exposto, o Acordo prevê a possibilidade de adesão dos demais membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) ou da Comunidade do Caribe (CARICOM).

O Comitê de Fronteira Brasil-Guiana, com o objetivo de assegurar que a integração resulte em melhoria das condições de vida das populações lindeiras, prevê mecanismos de cooperação nas áreas de educação, saúde, vigilância sanitária, vigilância agropecuária, saúde animal e sanidade vegetal, meio ambiente, desenvolvimento urbano, assuntos aduaneiros, circulação de pessoas e transporte de passageiros e cargas.

Na primeira reunião do Comitê foi assinado o Acordo que estabelece o Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as Localidades de Bonfim e Lethem. Uma vez em vigor, o Acordo simplificará a importação de mercadorias para subsistência pelos cidadãos residentes nas duas cidades, além de regulamentar o transporte na região.

A última reunião, havida no ano passado, tratou dos temas: educação (intercâmbio de estudantes), questões migratórias (sincronização das horas de trabalho dos funcionários nos postos de fronteira e reativação do grupo de Cooperação Consular Brasil-Guiana), mulheres em situação de

violência, temas indígenas, saúde, recursos hídricos, segurança pública, transportes e consumo de subsistência.

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 34, DE 2013** **(nº 190/2013, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Os méritos do Senhor Lineu Pupo de Paula que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial 'L' muito grande e decorativa, seguida por 'ineu Pupo de Paula'.

EM nº 00156/2013 MRE

Brasília, 7 de Maio de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **LINEU PUPO DE PAULA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Cooperativista da Guiana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **LINEU PUPO DE PAULA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 156/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 7 de maio de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **LINEU PUPO DE PAULA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Cooperativista da Guiana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **LINEU PUPO DE PAULA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LINEU PUPO DE PAULA

CPF.: 013.322.658-12

ID.: 8120 MRE

1954 Filho de Reynaldo De Paula Junior e Eufélia Camargo Pupo De Paula, nasce em 11 de maio, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1979 Direito pela Faculdade de Direito São Paulo da Pontifícia Universidade Católica/SP
1981 CPCD - IRBr
1988 CAD - IRBr
2005 CAE - IRBr, A gestão do patrimônio móvel e imóvel do Ministério das Relações Exteriores

Cargos:

1982 Terceiro-Secretário
1986 Segundo-Secretário
1995 Primeiro-Secretário
2001 Conselheiro
2005 Ministro de Segunda Classe

Funções:

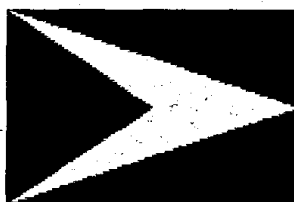
1983 Divisão da África-I, assistente e Subchefe
1985 Divisão da África-II, assistente
1986 Embaixada em Bonn, Terceiro e Segundo-Secretário
1989 Embaixada em Quito, Segundo-Secretário
1993 Centro de Processamento de Dados, Chefe, substituto
1997 Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário
2000 Departamento de Administração, assessor
2000 Coordenação de Patrimônio, Coordenador
2003 Embaixada em São Salvador, Encarregado de Negócios
2005 Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe
2007 Missão junto à OEA, Washington, Ministro-Conselheiro
2009 Embaixada do Brasil em Tegucigalpa em missão transitória
2010 Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, Encarregado de Negócios
2010 Consulado-Geral do Brasil em Caracas, Cônsul-Geral



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA



Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Maio de 2013

DADOS BÁSICOS

CAPITAL	Georgetown
ÁREA	214.969 km ² (pouco maior que o Paraná)
POPULAÇÃO (2009)	777 mil (equivalente a metade da população de Sergipe)
IDIOMA	Inglês (oficial), crioulo, hindi, urdu
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo de 2002)	Hinduismo (28,8%); pentecostais (17%); outros cristãos 17,9%; católicos (8,1%); islamismo (7,3%); anglicanos (7%)
SISTEMA POLÍTICO	República semi-presidencialista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Donald Ramotar
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Samuel Hinds
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar guianense (G\$) US\$ 1=G\$ 204,39 (09/abril/2013)
VARIAÇÃO DO PIB	7% (2007); 1,9 % (2008); 3,3% (2009); 4,3% (2010); 5,4% (2011); 3,6% (2012) – est. FMI; 5,4% (2013) – est. FMI
PIB (2012)	US\$ 2,78 bilhões – est. FMI – menos da metade do PIB de Roraima
PIB PPP (2012)	US\$ 6,16 bilhões – est. FMI – 0,25% do PIB PPP brasileiro
PIB PER CAPITA (2012)	US\$ 3.596,4 – est. FMI – equivalente à metade do PIB per capita do Maranhão em 2008
PIB PPP PER CAPITA (2012)	US\$ 7.950,3 – est. FMI
IDH (2011)	0,633 – 117º lugar (BRASIL - 0,741 – 84º lugar)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	9,1%
EXPECTATIVA DE VIDA	67 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	91,8%
MINISTRA NEG. ESTRANG.	Carolyn Rodrigues-Birkett (desde abril de 2008)
EMBAIXADOR DA GUIANA	Merlin Udho (desde 22/11/2012)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Luiz Gilberto Seixas de Andrade (desde 2009)
COMUNIDADE BRASILEIRA	9 mil pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MIL, FOB) *Fonte: MDIC*

BRASIL/GUIANA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mar)	2013 (jan-mar)
Intercâmbio	8.780	9.695	13.644	16.615	20.204	20.002	21.080	19.473	28.367	35.717	33.741	8.512	7.098
Exportações	8.754	9.695	13.633	16.604	20.204	18.030	20.785	18.481	28.300	35.666	33.556	8.487	7.083 (-16,54%)
Importações	25	0,03	10	11	-	1.972	295	991	66	51	184	25	14 (-44%)
Saldo	8.729	9.695	13.623	16.592	20.204	16.057	20.490	17.489	28.234	35.615	33.371	8.461	7.069

PERFIS BIOGRÁFICOS

DONALD RAMOTAR*Presidente da Guiana*

Donald Rabindranath Ramotar nasceu em 22 de outubro de 1950, na vila de Caria Caria, próxima ao Rio Essequibo. Ramotar é formado em Economia pela Universidade da Guiana.

Filiado ao *People's Progressive Party* (PPP) desde 1967, Ramotar participa da liderança do partido desde 1979, quando foi eleito para o Comitê Central. Tornou-se membro do Comitê Executivo do PPP em 1983, e assumiu o cargo de Secretário Executivo um ano após a eleição de Cheddi Jagan, em 1992.

Foi eleito Secretário-Geral do PPP por unanimidade, em 29 de março de 1997, sucedendo o então Presidente Cheddi Jagan (que morrera no início daquele mês). Desde então, manteve o cargo no Partido, acumulando-o, a partir de 2008, com a função de conselheiro editorial do jornal do Partido, o *Thunder*.

Em 4 de abril de 2011, o Comitê Central do PPP escolheu, por unanimidade, Ramotar como candidato presidencial do Partido para as eleições de 2011. Ramotar tomou posse em 3 de dezembro de 2011, após vencer as eleições de 28 de novembro.

O Presidente é casado com Deolatchmee Ramotar, e pai de três filhos. Sua esposa é parteira aposentada, e completou os estudos de Português no Centro Cultural Brasil-Guiana. Seu pai, Sam Ramotar, operava concessão de exploração de madeira.

SAMUEL HINDS*Primeiro-Ministro*

Nasceu em 27 de dezembro de 1943. Foi Primeiro-Ministro do Presidente Cheddi Jagan até 1997, quando assumiu a Presidência da República, após a morte do Chefe de Estado. Abdicou do cargo no mesmo ano, em favor de Janet Jagan, viúva de Cheddi Jagan, que o designou Primeiro-Ministro. Em 1999, foi substituído por Bharrat Jagdeo, que, ao assumir a Presidência após a renúncia de Janet Jagan, o nomeou Primeiro-Ministro. O Presidente Ramotar o manteve no cargo.

CAROLYN RODRIGUES-BIRKETT

*Ministra dos Negócios Estrangeiros,
Comércio Exterior e Cooperação Internacional*

Nasceu em 16 de setembro de 1973, no povoado indígena de Santa Rosa, interior da Guiana. Formou-se em Serviço Social na Guiana, e em Administração de Empresas no Canadá.

Foi eleita para a Assembleia Nacional em 2006.

Foi Ministra de Assuntos Ameríndios entre 2001 e 2008. Em 10 de abril de 2008, tomou posse como Ministra dos Negócios Estrangeiros, no governo Bharrat Jagdeo, tornando-se a primeira mulher a exercer o cargo. Em fevereiro de 2009, passou a exercer também as funções do Ministério do Comércio Exterior e Cooperação Internacional.

Foi mantida no cargo pelo Presidente Ramotar.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 14 de setembro de 2009, com a presença dos então Presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Barrat Jagdeo, foi inaugurada a ponte sobre o Rio Tacutu, primeira ligação terrestre entre os dois países. Obra inteiramente financiada e construída pelo Brasil, a ponte fora inicialmente prevista em acordo de 1982.

A inauguração da ponte constituiu marco simbólico do movimento de aproximação e da prioridade conferida à relação entre os dois países. Se, por parte do Brasil, essa prioridade é tendência de longo prazo, no contexto da integração sul-americana, no caso da Guiana a tendência é razoavelmente nova, a partir do interesse em diversificar suas relações externas, tradicionalmente vinculadas ao Reino Unido, aos EUA e aos países anglófonos do Caribe.

Em agosto de 2011, o Ministro das Relações Exteriores realizou visita de trabalho ao país vizinho e manteve encontros com o então Presidente Bharrat Jagdeo e com a Chanceler Carolyn Rodrigues-Birkett (posteriormente confirmada no cargo pelo Presidente Ramotar), ocasião em que reiterou o apoio brasileiro ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura na Guiana.

Comércio Bilateral

A participação da Guiana no comércio exterior brasileiro é de apenas 0,01%. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 60%, apesar da queda de 5,4% registrada entre 2011 e 2012. O comércio bilateral é composto majoritariamente pelas exportações brasileiras (exportações de US\$ 33,6 milhões contra importações de US\$ 0,18 milhão, em 2012).

As exportações brasileiras para a Guiana são compostas, em sua maioria, por produtos manufaturados (99,5% do total em 2012), com destaque para máquinas mecânicas (38,5% do total) e automóveis (10,3%). Na pauta de importações, os produtos manufaturados representam 52,3% do total, com destaque para o álcool etílico, seguidos dos produtos básicos, com 34,1%, e dos semimanufaturados, com 13,6%.

O intercâmbio bilateral ainda é reduzido e desequilibrado. As importações de produtos da Guiana pelo Brasil ocorrem de forma intermitente ao longo do ano, concentradas em poucos produtos de baixo valor. Há de se reconhecer a possibilidade de que o intercâmbio na região se dê, sobretudo, de maneira informal – sem, portanto, gerar registros na balança comercial.

Acordo de Complementação Econômica (AAP-38)

O Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica Nº38 (AAP-38) entre Brasil e Guiana foi assinado em 27 de junho de 2001.

Atendendo a pedido guianense, em outubro de 2010 a lista de preferências outorgadas pelo Brasil - que já incluía, originalmente, cerca de 180 itens (basicamente frutas, legumes, madeira, papel, material para construção, para os quais há 100% de preferência tarifária) – foi ampliada em 60 itens. O 5º Protocolo Adicional ao AAP-38, que inclui esses novos itens, foi internalizado na Guiana em fevereiro de 2011. No Brasil, sua internalização está em análise na Casa Civil.

A lista de preferências outorgadas pela Guiana, com cerca de 250 itens, é mais abrangente, incluindo bens manufaturados. As margens de preferência oscilam de 100% a 15%.

O Acordo prevê a possibilidade de adesão dos demais membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) ou da Comunidade do Caribe (CARICOM). Em 2010, São Cristóvão e Névis solicitou adesão ao Acordo, a qual foi aceita por Brasil e Guiana. A adesão do país foi formalizada com a assinatura do VI Protocolo Adicional ao AAP-38, em 25 de maio de 2012.

Desenvolvimento fronteiriço

Durante o encontro presidencial de 14 de setembro de 2009, foi assinado Memorando de Entendimento para a criação do “Comitê de Fronteira Brasil-Guiana”. Com o objetivo de assegurar que a integração resulte em melhoria das condições de vida das populações fronteiriças, o instrumento examina mecanismos de cooperação em: educação; saúde; vigilância sanitária; vigilância agropecuária; saúde animal e sanidade vegetal; meio ambiente; desenvolvimento urbano; assuntos aduaneiros; circulação de pessoas; e transportes de passageiros e cargas. O instrumento se assemelha a alguns existentes entre os demais países vizinhos.

A primeira reunião do Comitê de Fronteira foi realizada em Boa Vista, em novembro de 2009. Na oportunidade, foi assinado Acordo que estabelece “Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as Localidades de Bonfim e Lethem”. O Acordo foi aprovado pelo Congresso brasileiro (o Governo da Guiana foi informado, por Nota Verbal, em 14 de dezembro de 2011). Uma vez em vigor, o Acordo simplificará a importação de mercadorias para subsistência pelos cidadãos residentes nas duas cidades, além de regulamentar o transporte na região (principalmente ônibus urbanos e veículos fretados).

Em seguimento à II Reunião do Comitê de Fronteira (Lethem, 6 e 7 de abril de 2011), foi realizado encontro (Bonfim, 13 e 14 de julho de 2011) entre as autoridades competentes a respeito da aplicação de Acordo de Transporte assinado entre os países. Na ocasião, foram estabelecidas as duas primeiras rotas de transporte de longo curso entre Guiana e Brasil, que deverão ser futuramente concedidas, de modo a atender demanda local por transporte direto entre os dois países.

A III Reunião do Comitê de Fronteira foi realizada nos dias 15 e 16 de maio de 2012, em Boa Vista. Na ocasião, foram tratados os seguintes temas: Educação (intercâmbio de estudantes brasileiros de Letras/Inglês na Guiana), sanidade vegetal e animal, questões migratórias (sincronização das horas de trabalho dos funcionários nos postos de fronteira e reativação do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Guiana), mulheres em situação de violência, temas indígenas, saúde (a delegação brasileira ofereceu treinamento conjunto para cinco guianenses em diagnóstico laboratorial de Leishmaniose e Chagas), recursos hídricos, segurança pública, transportes e consumo de subsistência (tratativas a respeito da

entrada em vigor do Acordo para Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço entre as localidades de Bonfim e Lethem).

Temas migratórios e consulares

A comunidade brasileira na Guiana tem crescido, atraída principalmente por atividades ligadas à mineração de ouro. Tal população, estimada em 9.000 pessoas, vai à Guiana, de modo geral, por período limitado, de sete a nove meses por ano, retornando ao Brasil no ano seguinte.

Os locais de maior concentração de brasileiros são: Bartica, cidade à margem do rio Essequibo, com 18 mil habitantes, dos quais cerca de 3 mil seriam brasileiros; e a região de Lethem, na fronteira com o Brasil, onde foi instalado Vice-Consulado em dezembro de 2008.

POLÍTICA INTERNA

Candidato do ex-Presidente Bharrat Jagdeo, que governou o país de 1999 a 2011, o Presidente Donald Ramotar, do PPP, foi eleito com 48,6% dos votos e tomou posse em dezembro de 2011.

Desde a independência, em 1966, os dois principais partidos políticos guianenses refletem a tradição de divisão política seguindo linhas étnicas. A divisão entre o governista indo-guianense, PPP, e o segundo partido político, o afro-guianense *People's National Congress* (PNC), persiste. No entanto, o terceiro partido da Guiana, a *Alliance for Change* (AFC), criada com a proposta de quebrar a rígida divisão étnica entre os partidos, obteve ganhos sobre o PPP na eleição geral de 2011, dando à oposição o maior número de assentos no Parlamento.

Se, por um lado, as eleições confirmaram o favoritismo do candidato da situação, por outro surpreenderam ao conformar o Parlamento onde, pela primeira vez desde 1992, o partido do Governo não tem maioria – o PPP/C tem 32 assentos, enquanto os partidos de oposição, juntos, obtiveram 33 – 26 da PNC e 7 da AFC.

ECONOMIA

Panorama Geral

A economia guianense é tradicionalmente baseada na exportação de produtos primários, o que a torna particularmente vulnerável à evolução dos preços internacionais das *commodities*. Além disso, a escassez de mão de obra qualificada, o pequeno mercado interno, a precariedade da infraestrutura e a insuficiente e cara oferta pública de energia elétrica são gargalos que limitam a economia do país.

A geração de energia provém quase totalmente de unidades termelétricas movidas a diesel, as quais consomem combustível importado, impactando negativamente as contas externas do país e o índice de preços. A alta dos preços do petróleo é o principal fator negativo da conjuntura internacional para o país - apesar da adesão ao mecanismo do PETROCARIBE, por meio do qual a Guiana paga parcialmente pelo petróleo recebido da Venezuela, enviando, em troca, parte de sua produção de arroz.

A confiabilidade do sistema de geração e distribuição de energia é baixa; cortes de fornecimento e variações de voltagem são freqüentes, e o percentual de perda na distribuição elétrica é estimado em cerca de 40% da energia gerada. Consequentemente, boa parte das empresas e outras unidades consumidoras têm seus próprios geradores de energia.

Como forma de contornar esse problema, o governo Ramotar confere prioridade a dois projetos hidrelétricos: *Amaila Falls* (capacidade de 165 MW, custo estimado de US\$ 800 milhões) e *Mazaruni I e II* (capacidade de 700 e 2.200 MW, custo estimado, com a estrada e o porto, de US\$ 8 bilhões).

Dados macroeconômicos

Não obstante assentar-se em frágil estrutura, em 2012 a economia guianense apresentou resultados que podem ser considerados satisfatórios: o PIB cresceu 4,8%, enquanto o índice de inflação manteve-se em 3,5% no ano passado (Guyana National Bureau). O balanço de pagamentos apresentou superávit de US\$ 12,4 milhões em 2012, contra déficit de US\$ 15 milhões em 2011. O déficit em conta corrente em 2012 foi de US\$ 394 milhões, contra US\$ 373 milhões em 2011. A conta capital registrou, em 2012, um superávit de US\$ 428,5 milhões, contra US\$ 373,2 milhões em 2011. O resultado em 2012 foi favorecido pelo fluxo de investimentos diretos que totalizou US\$ 293,7 milhões, direcionado aos setores de mineração, transporte e telecomunicações.

As exportações em 2012 alcançaram US\$ 1,5 bilhão, contra US\$ 1,1 bilhão em 2011, o que representou aumento de 23,6%. As importações em 2012 atingiram US\$ 2 bilhões, um aumento de 11,7% em relação a 2011. Tal crescimento é atribuído pelo Governo ao aumento de 8% nos custos dos combustíveis no ano passado.

Os produtos de exportação da Guiana, por ordem de importância em valor foram, em 2012, os seguintes: ouro (US\$ 716,9 milhões, crescimento de 38,7%); arroz (US\$ 196,2 milhões, crescimento de 13,3%); bauxita (US\$ 150,8 milhões, crescimento de 13,1%); açúcar (US\$ 132,1 milhões, crescimento de 7,1%); e madeira (US\$39 milhões, declínio de 1%).

Para 2013, o governo planeja implementar algumas medidas de alcance social, tais como: aumento do piso das pensões dos aposentados de US\$ 50,00 para US\$ 62,50; aumento do subsídio das contas de eletricidade dos aposentados em até US\$ 100,00 por ano; redução da alíquota do imposto de renda de 33% para 30%; possibilidade de abater do imposto de renda os juros pagos na aquisição de casa própria; prosseguimento dos subsídios para as contas de eletricidade em Linden; e redução do imposto sobre propriedades, tanto para empresas quanto para indivíduos.

POLÍTICA EXTERNA

O Presidente Ramotar, assim como seu antecessor, tem privilegiado o espaço sul-americano em sua política externa – sem, no entanto, abdicar de seu empenho no projeto caribenho do CARICOM, ou das relações estreitas com os países do hemisfério Norte (que figuram, inclusive, como importantes doadores do país).

MERCOSUL

O Presidente Ramotar participou da Cúpula do MERCOSUL em Brasília, em dezembro de 2012 e, na ocasião, afirmou que seu país avaliava a possibilidade de estreitar relações com o MERCOSUL. Em janeiro de 2013, a Guiana solicitou apoio do Brasil para formalizar pedido para se tornar Estado Associado do MERCOSUL. Missão do MERCOSUL visitou Georgetown, em 12 de abril, com vistas a dar seguimento às tratativas.

ANEXOS**Cronologia Histórica**

1814 – Guiana passa ao domínio inglês

1838 - Libertados os escravos, indianos passam a trabalhar no cultivo da cana de açúcar

1953 - O Partido Progressista do Povo- PPP (pró-asiáticos) elege Cheddi Jagan Primeiro-Ministro

1964 - Forbes Burnham, do Congresso Nacional Popular- PNC (pró- negros), assume o governo

1966 - Proclamada a independência; Burnham nacionaliza os principais setores da economia

1968 - São estabelecidas relações diplomáticas com o Brasil

1973 - Burnham é reeleito

Guiana adere à Comunidade Caribenha (CARICOM)

1980 - Burnham é eleito pela terceira vez

1980 - A Constituição inclui o Território Essequibo (em disputa com a Venezuela, objeto do Acordo de Genebra de 1966) dentro dos limites territoriais

1985 - Morre Burnham, sucedido por Desmond Hoyte, também do PNC

1992 - Cheddi Jagan, (PPP), aliado ao movimento Cívico, é eleito presidente

1992 - Samuel Hinds é eleito Primeiro-Ministro (permanece no cargo até 2008, com exceção de curto período em 1997, no qual assumiu a Presidência, com a renúncia de Janet Jagan)

1997 - Após a morte de Cheddi Jagan, sua esposa, Janet Jagan é eleita Presidente

1998 - Declarado estado de emergência em Georgetown, como resposta à escalada da tensão racial (o PPP, partido governante, é ligado à população de origem hindu; a população afro-guianense alegava discriminação)

1999 - Janet Jagan renuncia por motivos de saúde e Bharrat Jagdeo (PPP), então Ministro das Finanças, assume a Presidência

2001 - Bharrat reelege-se, a aliança PPP torna-se maioria na Assembleia Nacional

2005 - Georgetown é atingida por grave enchente, que causa cerca de 30 mortos, muitos desabrigados e grave recessão econômica. O Brasil presta assistência humanitária

2006 - Guiana assume a Presidência "Pro Tempore" do Grupo do Rio. Assassinado o Ministro da Agricultura da Guiana, Satyadeow Sawn. Adiadas as eleições gerais previstas inicialmente e constitucionalmente para 4 de agosto. Em função da legislação eleitoral, o Parlamento é dissolvido e o prazo constitucional para a realização do pleito eleitoral é dilatado. É reeleito o Presidente Jagdeo, para mandato de cinco anos. O PPP torna-se maioria na Assembleia Nacional. Jagdeo participa da I Cúpula América do Sul-África, em Abuja

2007 - proferida sentença arbitral do Tribunal Internacional do Direito do Mar a respeito do diferendo marítimo com o Suriname. A sentença confere à Guiana direitos sobre a maior parte da área contestada, que possivelmente conta com potencial petrolífero. Destacamento militar venezuelano realiza incursão na região a oeste do Rio Essequibo (território reivindicado pela Venezuela), para "reprimir atividades ilegais de mineração". Os dois Governos procuraram tratar a questão em tom moderado. Em seguida, Venezuela beneficiou a Guiana com carregamentos de petróleo no marco da PETROCARIBE.

2008 - Chanceler Samuel Insanally renuncia ao cargo por motivos de saúde, e é substituído por Carolyn Rodrigues-Birkett. O Presidente Jagdeo e a nova Chanceler participam da Reunião de Cúpula da UNASUL, em Brasília

2011 - Eleição e posse do Presidente Donald Ramotar

Cronologia das Relações Bilaterais

1904 – O Rei da Itália, Victor Emanuel, divulga, em 6 de junho, laudo arbitral relativo à questão da Guiana Inglesa (ou questão do Pirara), entre o Brasil e a Grã-Bretanha, dividindo o território disputado em duas partes - 3/5 para a Grã-Bretanha e 2/5 para o Brasil

1936 – Assinado Acordo do Ponto de Trijunção entre Brasil, Países Baixos e Inglaterra, regulamentando a fronteira entre Brasil, Suriname e Guiana

1968 – Missão do Governo da Guiana chefiada pelo Primeiro-Ministro Reid visita o Brasil, no primeiro contato de alto nível entre os dois países. Na ocasião, é firmado acordo cultural, e fica caracterizado o estabelecimento de relações diplomáticas

1971 – O Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson é o primeiro chanceler brasileiro e latino-americano a visitar a Guiana. Na ocasião, acorda-se o estabelecimento de uma comissão de cooperação econômica, a assinatura de um convênio cultural e inicia-se cooperação tecnológica e em matéria de transporte

1976 – Visita do Chanceler guianense Wills ao Brasil. Na oportunidade, é criada a Comissão Conjunta Brasil-Guiana

1978 – Assinado, em Brasília, em 3 de julho, Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), do qual farão parte Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela

1982 – Assinado, em janeiro, o Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu

1982 – O Chanceler Saraiva Guerreiro visita a Guiana, e o Chanceler guianense visita o Brasil. São assinados Tratado de Amizade e Cooperação, Acordo Básico de Cooperação Técnica, Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, e memorando sobre interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianense

1982 – Visita do Presidente da Guiana, Forbes Burnham, ao Brasil

1988 – O Chanceler Roberto de Abreu Sodré visita a Guiana. É concluído o Programa de Trabalho de Georgetown, que estabeleceu atividades de cooperação técnica entre os países

1988 – O Presidente José Sarney visita a Guiana

1993 – Visita do Presidente Cheddi Jagan a Brasília

2001 – As obras de construção da Ponte sobre o rio Tacutu, localizada entre o Brasil e a Guiana, são interrompidas

2002 – Visita do Chanceler Rudolph Insannaly a Brasília. É estabelecido Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais Brasil-Guiana

2003 – Visita de trabalho do Presidente Jagdeo ao Brasil, em 30 de julho

2004 – Visita do Chanceler Celso Amorim à Guiana

2005 – O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Guiana em 15 de fevereiro

2005 – O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, chefia missão de alto nível a Georgetown nos dias 11 e 12 de setembro

2006 – O Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, visita Georgetown em junho, para participar de reunião do Mecanismo de Consulta Política e de encontro do Grupo do Rio

2007 – São retomadas as obras da Ponte sobre o Rio Tacutu

2007 – O Presidente Lula visita Georgetown, nos dias 2 e 3 de março, para participar de Reunião de Cúpula do Grupo do Rio

2007 – Realiza-se, em Georgetown, nos dias 27 e 28 de junho, seminário “Como exportar para o Brasil”

2007 – O Ministro do Interior da Guiana, Clement Rohee, visita Brasília em setembro

2008 – Em abril, o Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, visita Georgetown

2008 – O Presidente Bharrat Jagdeo participa, em maio, da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo na qual se firmou o Tratado Constitutivo da UNASUL, em Brasília

2008 – É realizada, em setembro, missão multidisciplinar de cooperação técnica, chefiada pelo Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial, Embaixador Ruy Nogueira

2008 – O Chanceler Celso Amorim encontra-se com a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Guianá, Carolyn Rodrigues-Birkett, no Rio de Janeiro, no dia 7 de outubro. São firmados ajustes complementares de cooperação técnica

2008 – São realizadas, ao longo dos meses de outubro e novembro, reuniões bilaterais de acompanhamento das obras da Ponte sobre o Rio Tacutu e da Comissão Mista do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas

2008 – O Presidente Bharrat Jagdeo participa das cúpulas regionais (Grupo do Rio, UNASUL e CALC) na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro

2009 – Ponte sobre o Rio Tacutu é aberta ao tráfego de pessoas e veículos em julho e inaugurada pelos Presidentes do Brasil e da Guiana em 14 de setembro

2009 – A I Reunião do Comitê de Fronteira (criado em 14 de setembro) é realizada em novembro, em Boa Vista

2010 – Presidente Bharrat Jagdeo visita Brasília. Assinado Memorando de Entendimento na área de segurança fitossanitária de produtos de origem vegetal

2011 – Visita do Chanceler Patriota a Georgetown, onde mantém encontros com o então Presidente Bharrat Jagdeo e com sua homóloga Carolyn Rodrigues-Birkett

2012 – A Chanceler Carolyn Rodrigues-Birkett visita Brasília e encontra-se com seu homólogo. Assinado Memorando de Entendimento entre Brasil e Guiana sobre projetos de infraestrutura

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Convênio Cultural	28/08/1968	Em vigor
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica	11/11/1971	Em vigor
Ajuste Relativo à Execução de Projetos de Cooperação Técnica, Complementar ao Convênio Cultural de 28 de agosto de 1968	11/11/1971	Em vigor
Acordo Relativo ao estabelecimento de um Entrepósito de depósito Franco de Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil	11/11/1971	Em vigor
Declaração Conjunta	11/11/1971	Em vigor
"Aide Memoire" sobre Cooperação Técnica entre os Dois Países	11/11/1971	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	10/05/1974	Em vigor
Comissão Mista Brasileiro-Guianense	13/07/1976	Em vigor
Comunicado Conjunto	13/07/1976	Em vigor
Entendimento para Intercâmbio de Informações Geológicas	31/01/1979	Em vigor
Acordo de Cooperação Sanitária	08/06/1981	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	29/01/1982	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica	29/01/1982	Em vigor
Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu	29/01/1982	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia (IASAT), de 29 de janeiro de 1982	29/01/1982	Em vigor
Comunicado Conjunto	29/01/1982	Em vigor
Protocolo de Intenções	22/06/1982	Em vigor
Acordo de Cooperação Amazônica	05/10/1982	Em vigor
Tratado de Amizade e Cooperação	05/10/1982	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 29 de janeiro de 1982, nas Áreas da Pesquisa e da Utilização de Recursos Energéticos	05/10/1982	Em vigor

Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Isenção da Taxa de Melhoramento de Portos para Mercadores em Trânsito pelo Porto de Manaus	05/10/1982	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas da Agricultura e da Agroindústria	05/10/1982	Em vigor
Memorandum de Entendimento sobre a Interconexão dos Sistemas Viários Brasileiro e Guianense	05/10/1982	Em vigor
Declaração Conjunta	05/10/1982	Em vigor
Comunicado Conjunto sobre as Conversações, durante a Visita do Senhor Ministro das Relações Exteriores, a Guiana, da Comunidade do Caribe, em 16 de setembro de 1988	16/09/1988	Em vigor
Comunicado Conjunto	16/09/1988	Em vigor
Programa de Trabalho em Georgetown	16/09/1988	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, para a Criação de Grupos de Informação e Acompanhamento (CIACs)	16/09/1988	Em vigor
Declaração Conjunta	04/03/1989	Em vigor
Declaração Conjunta	04/10/1989	Em vigor
Plano de Metas - 1989/1990	04/10/1989	Em vigor
Protocolo de Intenções Relativo à Cooperação Bilateral para Completar a Interconexão dos Sistemas Viários do Brasil e a Guiana	04/10/1989	Em vigor
Protocolo de Intenções na Área de Saúde	04/10/1989	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Cooperação Consular	17/11/1993	Em vigor
Comunicado Conjunto	18/11/1993	Em vigor
Acordo, por Troca de Cartas, para a Reativação da Comissão Mista Brasil-Guiana	18/11/1993	Em vigor
Comunicado Conjunto	25/08/1997	Em vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	20/05/1999	Em vigor
Acordo, por troca de Notas, de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficial/Serviço Especial e Oficial de ambos os Países	20/05/1999	Em vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Cooperação entre a Polícia	18/04/2002	Em vigor

Federal do Brasil e a Força Policial da Guiana		
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta	02/10/2002	Em vigor
Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas	07/02/2003	Em vigor
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos (2003)	30/07/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Gestão de Base de Dados de Produção de Gado Leiteiro e Vigilância de Doenças na Guiana	30/07/2003	Em vigor
Comunicado Conjunto por Ocasão da Visita de Estado à Guiana do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva	15/02/2005	Em vigor
Acordo de Cooperação entre os Institutos Diplomáticos entre o Brasil e a Guiana	15/02/2005	Em vigor
Programa Executivo Brasil-Guiana na Área da Educação	15/02/2005	Em vigor
Ajuste Complementar na Área de Saúde ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Guiana	15/02/2005	Em vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso do Etanol Combustível	12/09/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do "Programa de Treinamento para Produtores em Técnicas de Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju na Guiana"	12/09/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana"	12/09/2005	Em vigor
Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aquicultura da Guiana	07/10/2008	Em vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Arroz de Sequeiro nas Savanas da Guiana	07/10/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Fortalecimento da Capacidade de Monitoramento da Comissão Florestal da Guiana	07/10/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana	07/10/2008	Em vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana no Setor Postal	07/10/2008	Em vigor
Programa Executivo Relativo ao Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para os anos 2009-2012	14/09/2009	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a implementação do Projeto "Mapeamento Geológico e da Geodiversidade da Fronteira Guiana-Brasil"	14/09/2009	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Implementação do Projeto "Manejo Integrado da Mosca da Fruta na Guiana"	14/09/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Promoção do Comércio e do investimento	14/09/2009	Em vigor

Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Guiana para a criação do Comitê de Fronteira	14/09/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da República da Guiana na Área de Segurança Fitossanitária de Produtos de Origem Vegetal	26/04/2010	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa Guiana para Cooperação na Área de Educação Física e Esportes	11/08/2011	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana sobre projetos de infraestrutura na Guiana	05/12/2012	Em vigor

Dados Econômico-Comerciais

GUIANA: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República Cooperativa da Guiana
Superfície	214.969 Km ²
Localização	Norte da América do Sul
Capital	Georgetown
Principais cidades	Georgetown, Linden, New Amsterdam
Idioma oficial	Inglês
Moeda	Dólar Guianense (G\$)
População (2012) ⁽¹⁾	775 mil habitantes

A Guiana está localizada às margens do Atlântico Norte, entre o Suriname e a Venezuela. A população total de cerca de 775 mil habitantes, em 2012, segundo estimativas do FMI, está distribuída em uma extensão de 215 mil Km². O país dispõe de bauxita, ouro, diamante, além de madeira e pescado.

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Direção de Inteligência Comercial, com base em dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2013.

(1) Dado extraído do FMI/World Economic Outlook Database, October 2012.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2012)

PIB Nominal	US\$ 2,8 bilhões
Crescimento real do PIB	3,7%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 3.596
PIB PPP	US\$ 6,2 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 7.950
Inflação	4,6%
Reservas internacionais ⁽¹⁾	US\$ 4879,9 milhões
Câmbio (G\$ / US\$) ⁽¹⁾	204,37

Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 3 bilhões e crescimento de 3,7% em 2012, segundo estimativas do FMI, a Guiana posiciona-se como a 158ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e compõe cerca de 45% do PIB, seguido da Indústria, com 35%, e da agricultura, com 20%.

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Direção de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI/World Economic Outlook Database, October 2012.

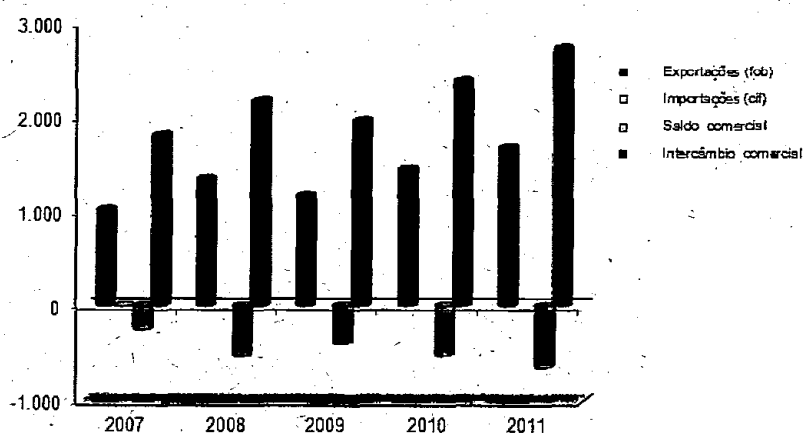
(1) Dado extraído da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2013.

GUIANA: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	785	830	788	937	1.049
Importações (cif)	1.029	1.346	1.175	1.448	1.684
Saldo comercial	-244	-516	-387	-512	-635
Intercâmbio comercial	1.813	2.176	1.964	2.385	2.733

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, Abril 2013.

(1) Última posição disponível em 11/04/2013.

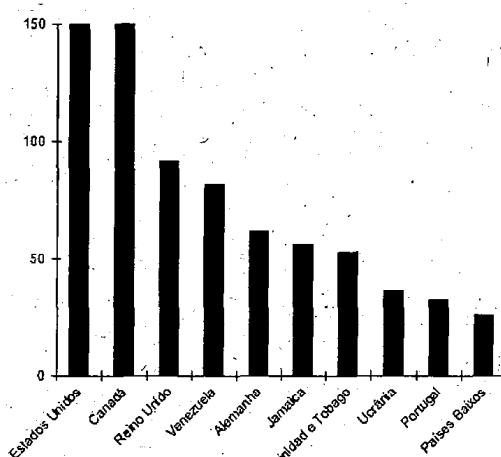


O comércio exterior da Guiana, em 2011, cresceu 50,7% em relação a 2007, de US\$ 1,8 bilhões para US\$ 2,7 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2011, Guiana figurou como o 167º mercado mundial, o 146º exportador e o 168º importador.

GUIANA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1 ⁽¹⁾	% no total
Estados Unidos	238,9	22,8%
Canadá	211,0	20,1%
Reino Unido	91,7	8,7%
Venezuela	81,9	7,8%
Alemanha	61,8	5,9%
Jamaica	56,4	5,4%
Trinidad e Tobago	52,9	5,0%
Ucrânia	36,2	3,5%
Portugal	32,4	3,1%
Países Baixos	25,9	2,5%
...		
Brasil	0,71	0,1%
Subtotal	889,9	84,9%
Outros países	158,8	15,1%
Total	1.048,7	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, Abril 2013.

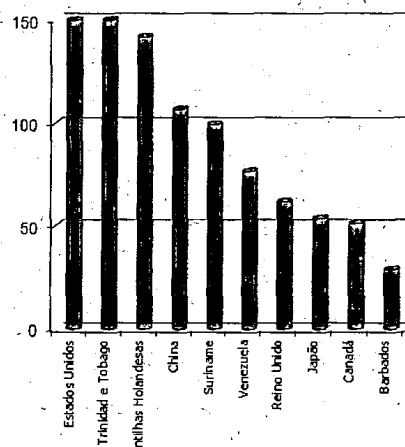
(1) Última posição disponível em 11/04/2013.

Os Estados Unidos foram o principal destino das vendas da Guiana em 2011, com 22,8% do total, seguido de Canadá, com 20,1%, Reino Unido, com 8,7%, e Venezuela, com 7,8%. O Brasil obteve a 45ª posição entre os principais compradores do país, com 0,1% de participação no total exportado.

GUIANA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1 ⁽¹⁾	% no total
Estados Unidos	447,5	26,6%
Trinidad e Tobago	276,3	16,4%
Antilhas Holandesas	141,9	8,4%
China	107,0	6,4%
Suriname	99,7	5,9%
Venezuela	76,8	4,6%
Reino Unido	62,2	3,7%
Japão	53,8	3,2%
Canadá	51,4	3,1%
Barbados	29,0	1,7%
...		
Brasil	24,63	1,5%
Subtotal	1.370,2	81,4%
Outros países	313,8	18,6%
Total	1.684,0	100,0%



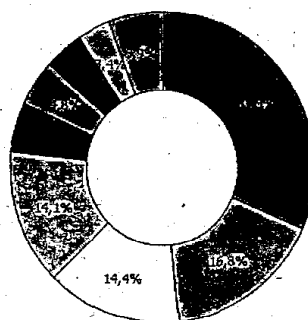
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/CONTRADE/Trademap, Apr 2013.

(1) Última posição disponível em 11/04/2013.

A principal origem das importações da Guiana são os Estados Unidos, que supriram 26,6% do total em 2011, seguidos de Trinidad e Tobago (16,4%); e Antilhas Holandesas (8,4%). A China foi o 4º fornecedor, responsável por 6,4% do total. O Brasil obteve o 12º lugar, representando 1,5% do total das compras da Guiana em 2011.

GUIANA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1 ⁽¹⁾	% no total
Pérolas/pedras preciosas/ouro	328,3	31,3%
Açúcar	176,0	16,8%
Minérios	151,5	14,4%
Cereais	148,1	14,1%
Pescados	53,6	5,1%
Madeira	50,7	4,8%
Veículos para vias férreas	43,3	4,1%
Bebidas	35,8	3,4%
Subtotal	987,2	94,1%
Outros produtos	61,4	5,9%
Total	1.048,7	100,0%



■ Pérolas/pedras preciosas/ouro
 ■ Açúcar
 ■ Minérios
 ■ Cereais
 ■ Pescados
 ■ Madeira
 ■ Veículos para vias férreas
 ■ Bebidas
 ■ Outros produtos

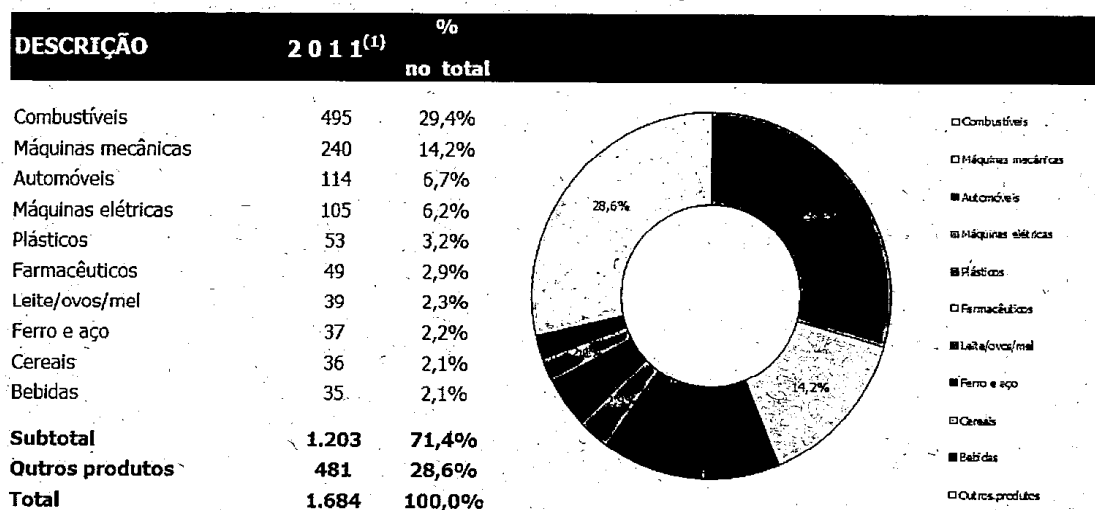
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, Abril 2013.

(1) Última posição disponível em 11/04/2013.

A pauta de exportações da Guiana é concentrada em alguns grupos de produtos: Pedras preciosas/ouro, açúcar, minérios e cereais, que, juntos, somaram 76,6% do total das vendas do país em 2011. Ouro foi o principal produto exportado, com 30% do total, seguido de açúcar de cana em bruto, com 14,8%, minérios de alumínio, com 14,4%, e arroz com 14,1%.

GUIANA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

Em US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da COMUNITAS/ITU/COMTRADE/Trademap, April 2013.

(1) Última posição disponível em 11/04/2013.

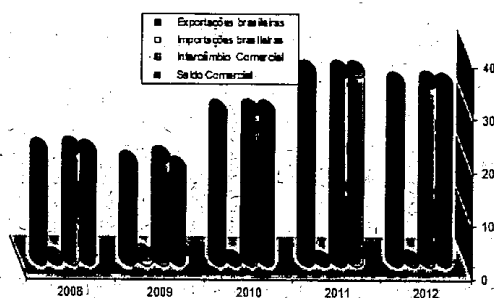
A pauta de importações da Guiana é composta, em grande parte, por bens com alto valor agregado, especialmente combustíveis e máquinas e automóveis, que, juntos, somaram 56,5% das compras do país em 2011. Combustíveis (óleos de petróleo refinado, basicamente) foram os principais produtos importados, representando 29,4% do total. Máquinas mecânicas e elétricas representaram 20,4%.

BRASIL-GUIANA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mar)	2013 (jan-mar)
Exportações brasileiras	20,8	18,5	28,3	35,7	33,6	8,5	7,1
Varição em relação ao ano anterior	15,3%	-11,1%	53,1%	26,0%	-5,9%	21,2%	-16,5%
Importações brasileiras	0,30	0,99	0,07	0,01	0,18	0,03	0,01
Varição em relação ao ano anterior	-85,0%	235,9%	-93,3%	-92,3%	(+)	114,5%	-44,0%
Intercâmbio Comercial	21,1	19,5	28,4	35,7	33,7	8,5	7,1
Varição em relação ao ano anterior	5,4%	-7,6%	45,7%	25,8%	-5,4%	21,4%	-16,6%
Saldo Comercial	20,5	17,5	28,2	35,7	33,4	8,5	7,1

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexweb.

No ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, a Guiana figurou como a 133ª parceira comercial, participando com 0,01% do comércio total do país. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 60%. As importações reduziram-se em 37%. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu de US\$ 21,1 milhões em 2008, para US\$ 33,7 milhões, em 2012. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio, registrou superávit de US\$ 33,4 milhões em 2012.



BRASIL-GUIANA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		
	VALOR	PART. %	
Básicos	0,1	0,3%	
Seminanufaturados	0,0	0,0%	
Manufaturados	33,4	99,5%	
Transações especiais	0,1	0,2%	
Total	33,6	100,0%	

As exportações brasileiras para a Guiana são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 99,5% do total em 2012, com destaque para máquinas mecânicas e automóveis.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS		
	VALOR	PART. %	
Básicos	0,063	34,1%	
Seminanufaturados	0,025	13,6%	
Manufaturados	0,097	52,3%	
Transações especiais	—	—	
Total	0,185	100,0%	

Na pauta de importações, os produtos manufaturados representaram 52,3% do total, com destaque para álcool etílico, seguidos do básicos, com 34,1% do total, e dos semimanufaturados, com 13,6%.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-GUIANA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a Guiana, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	9,39	17,88	12,91	38,5%	Máquinas mecânicas 12,91
Automóveis	3,36	2,22	3,45	10,3%	Automóveis 3,45
Produtos cerâmicos	2,32	2,93	2,92	8,7%	Produtos cerâmicos 2,92
Preparações de carnes	1,47	1,58	1,58	4,7%	Preparações de carnes 1,58
Máquinas elétricas	0,67	1,26	1,21	3,6%	Máquinas elétricas 1,21
Borracha	0,74	0,96	1,08	3,2%	Borracha 1,08
Madeira	0,57	0,64	1,07	3,2%	Madeira 1,07
Calçados	0,66	1,16	0,98	2,9%	Calçados 0,98
Açúcares	1,86	0,05	0,68	2,0%	Açúcares 0,68
Papel	0,60	0,53	0,67	2,0%	Papel 0,67
Subtotal	21,63	29,20	26,54	79,1%	
Outros produtos	6,67	6,47	7,02	20,9%	
Total	28,30	35,67	33,56	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aceweb.

Máquinas mecânicas (outras partes de bombas para líquidos, escavadoras, motores à diesel/semidiesel, dentre outros) foram os principais produtos brasileiros exportados para Guiana em 2012, representando 38,5% do total das vendas ao país, seguidos de automóveis (tratores, motocicletas e suas partes e acessórios) com 10,3%; produtos cerâmicos, basicamente ladrilhos, com 8,7%.

BRASIL-GUIANA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações bras. originárias da Guiana, 2012
			Valor	% no total	
Bebidas	37,8	0,0	95,2	51,5%	Bebidas 95,2
Ferro e aço	0,0	0,0	63,0	34,1%	Ferro e aço 63,0
Pedras preciosas/ouro	0,0	25,2	25,2	13,6%	Pedras preciosas/ouro 25,2
Plásticos	28,7	23,8	1,5	0,8%	Plásticos 1,5
Subtotal	66,5	49,0	184,9	100,0%	
Outros produtos	0,0	2,2	0,0	0,0%	
Total	66,5	51,2	184,9	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aceweb.

A pauta de importações brasileiras originárias da Guiana, em 2012, concentrou-se basicamente em três grupos de produtos: bebidas, ferro e aço e pedras preciosas. Individualmente, álcool etílico não desnaturado, foi o principal produto importado, representando 51,5% da pauta de compras brasileiras do país, seguido de desperdícios e resíduos de ferro e aço, com participação de 34,1% e ouro em bruto com 13,6% do total.

BRASIL-GUIANA : COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-mar)	% do total	2013 (jan-mar)	% do total	Exportações bras. para a Guiana em 2013(jan-mar)
Exportações					
Máquinas mecânicas	3.784	44,6%	2.007	28,3%	Máquinas mecânicas
Automóveis	1.013	11,9%	645	9,1%	Automóveis
Pastas/feltros	91	1,1%	522	7,4%	Pastas/feltros
Preparações de carne	286	3,4%	511	7,2%	Preparações de carne
Produtos cerâmicos	915	10,8%	428	6,0%	Produtos cerâmicos
Embarcações flutuantes	63	0,7%	395	5,6%	Embarcações flutuantes
Calçados	99	1,2%	384	5,4%	Calçados
Máquinas elétricas	53	0,6%	375	5,3%	Máquinas elétricas
Borracha	224	2,6%	303	4,3%	Borracha
Plásticos	90	1,1%	287	4,1%	Plásticos
Subtotal	6.620	78,0%	5.855	82,7%	
Outros produtos	1.867	22,0%	1.229	17,3%	
Total	8.487	100,0%	7.084	100,0%	
Importações					Importações bras. originárias da Guiana em 2013(jan-mar)
Ferro e aço	0,0	0,0%	14,1	100,0%	Ferro e aço
Subtotal	0,0	0,0%	14,1	100,0%	
Outros produtos	25,2	100,0%	0,0	0,0%	
Total	25,2	100,0%	14,1	100,0%	

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aceveb.

Aviso nº 376 - C. Civil.

Em 16 de maio de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, de 22/05/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:12358/2013